

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Gostaria de agradecer ao Prof. Luiz Roberto Cunha pela orientação e sugestões de leitura. Além deste, gostaria de agradecer à minha família, a qual dedico esta monografia. Sem estes não seria possível a conclusão deste trabalho.

ÍNDICE

1	Introdução	p.6
	1.1 Aspectos Gerais da China	p.6
2	Economia da China	p.10
	2.1 Reformas e Crescimento	p.10
	2.2 Reformas e Pobreza	p.15
	2.3 Economia, Sociedade e Emprego	p.17
3	Integração da China na economia mundial.....	p.20
	3.1 O acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC)	p.22
	3.2 A China na OMC e conseqüências para os países em desenvolvimento .	p.24
4	Relações Comerciais entre Brasil e China	p.27
5	Comparação entre Brasil e China	p.34
	5.1 Trajetórias de Crescimento dos 2 países	p.34
	5.2 Comparação através de Indicadores	p.36
6	Conclusão	p.40
7	Bibliografia	p.43

FIGURAS E TABELAS

Figura 2.1: Crescimento do PIB Real da China, 1981 – 2002	p.11
Tabela 2.2: Transições Econômicas, 1993 – 2002	p.14
Tabela 2.3: Progressos na Saúde	p.16
Tabela 2.4: População, População Economicamente Ativa e Empregados	p.18
Tabela 2.5: Emprego por Setor, 1980 – 2002	p.19
Tabela 3.1: Alterações das Exportações chinesas	p.21
Tabela 4.1: Crescimento das Exportações Brasileiras para a China	p.28
Tabela 4.2: Produtos mais negociados entre Brasil e China em 2003	p.28
Tabela 5.1: Brasil X China na economia	p.36
Tabela 5.2: Brasil X China no mercado internacional	p.38
Tabela 5.3: Brasil X China (desenvolvimento humano)	p.38
Tabela 5.4: Brasil X China (acesso a bens de consumo)	p.39

CAPÍTULO 1 : INTRODUÇÃO

A princípio, de uma forma geral e visto o atual patamar de desenvolvimento e crescimento da China, acredito que o Brasil pode se basear em muitas medidas e caminhos seguidos pela economia chinesa para atingir o tão sonhado crescimento sustentado de nossa economia. Este trabalho tem, conseqüentemente, como objetivos principais, detalhar a economia da China e explicar sua relação com a economia do Brasil, além de estabelecer uma comparação entre elas para que, ao fim, se possa chegar a um diagnóstico do que o Brasil, em seu caminho de desenvolvimento, pode extrair da trajetória chinesa.

Neste capítulo de introdução vamos procurar conhecer aspectos gerais, como sociedade, história e recursos naturais, da República Popular da China, país que apresentou um estrondoso crescimento econômico nas últimas décadas, para que depois possamos estabelecer uma relação e uma comparação entre as economias chinesa e brasileira. Vamos verificar que o extenso território nacional e a numerosa população, características comuns aos dois países, representam ao mesmo tempo um potencial importante e uma fator de restrição ao seu desenvolvimento.

A China e o Brasil, além da Índia, foram chamados recentemente de “baleias da economia mundial”. As “baleias” são nações com grande extensão territorial, com população numerosa, marcadas por profundos contrastes internos. Isso tudo as diferencia dos Tigres Asiáticos, que são países pequenos, muito ágeis e agressivos na disputa de posições no mercado internacional.

Dessa forma, a China se tornou um verdadeiro mistério para mim. Como um país com uma população numerosa, diversas religiões e culturas, assim como o Brasil, hoje se destaca mundialmente pelo rápido crescimento econômico de sua economia? Ao longo deste trabalho vamos tentar entender como isso acontece.

1.1: Aspectos Gerais da China

A República Popular da China, com uma área total de mais de 9.600.000 quilômetros quadrados é, após a Rússia e Canadá, o terceiro maior país do mundo em extensão. Esse território é cortado por grandes rios, sobretudo o Amarelo, mais ao norte, e o Yang-Tze, mais ao sul. Este último é o mais extenso da China e terceiro do mundo, após o Nilo e o Amazonas. Os cursos médios e inferior deste rio têm clima

temperado e úmido, abundando as chuvas e as terras férteis, constituindo-se importantes regiões agrícolas do país. O Rio Amarelo, onde começou a civilização chinesa, é o segundo dos rios da China. Seu vale é constituído de terras férteis, belos e bons pastos e importantes jazidas de minerais.

A China possui oito tipos de clima catalogados, que variam do semi-árido, no extremo norte, ao sub-tropical de monções, no extremo sul. Os invernos são longos e secos, enquanto que os verões quentes e úmidos. Tanto o clima como o relevo apresentam fortes restrições naturais. Grande parte da superfície do país é montanhosa, o que isola vastas porções do interior das influências do mar.

Atualmente, a China é o país mais populoso do planeta, possuindo cerca de 22 por cento da população mundial. A média da densidade populacional da China é de 130 habitantes por quilômetro quadrado, com distribuição desequilibrada: no litoral leste alcança mais de 400, no centro, mais de 200 e a noroeste, menos de 10. Em 1949, no momento do estabelecimento da República Popular da China, a população continental do país era de 541.670.000 habitantes. Mas, com a sociedade estável, a produção desenvolvida e a melhoria das condições médicas e higiênicas, junto com as insuficientes experiências e a falta de consciência dos chineses sobre a importância do controle do crescimento demográfico, a população aumentou rapidamente. Em virtude do grave problema demográfico, a China começou então a praticar o planejamento familiar a partir dos anos 70, fazendo com que a taxa de natalidade descresse de ano para ano. Entretanto, apesar das políticas de controle de natalidade postas em prática, a população chinesa mais que dobrou desde 1949 e hoje ainda é predominantemente rural, retirando o seu sustento da agricultura, plantando predominantemente arroz irrigado, que é base de sua alimentação.¹

A atual divisão administrativa da China é estruturada da seguinte forma: o país se divide em províncias e regiões autônomas. As províncias e regiões autônomas se dividem em prefeituras autônomas, distritos e municípios. Já os distritos se dividem em cantões étnicos e povoados, que são pequenos vilarejos. Todas essas regiões administrativas estão diretamente subordinadas ao poder central.

Para falarmos sobre a história da China, permito-me iniciar a partir do ano de 1919 para que não percamos o foco. Somente em 1919, sob o impacto da Revolução Russa, iniciou-se o movimento de 4 de Maio, com o qual o proletariado passou a aparecer no

¹ Site do Consulado da China no Rio de Janeiro : www.consulado-china.rj.org.br

movimento político do país. Este movimento possibilitou a propagação do marxismo-leninismo e sua combinação com a prática da revolução chinesa, preparando a ideologia e os dirigentes para a fundação do Partido Comunista da China. Em 1921, representantes dos grupos comunistas das diversas regiões, liderados por Mão Tse Tung, realizaram em Shanghai o I Congresso Nacional, com o qual nasceu o Partido Comunista da China. Entretanto, ainda não foi naquele ano que o Partido Comunista, junto com o povo, chegou ao poder. Nos anos seguintes o povo continuou sendo totalmente explorado pelas classes dominantes até que a partir de 1946 o Partido Comunista da China dirige o povo na guerra de libertação nacional, derrubando o governo dos “kuomitangs” três anos depois. Em 1 de outubro de 1949 é então proclamada a República Popular da China.²

Os primeiros anos da República Popular constituíram etapa de estabelecimento da economia nacional. Ao mesmo tempo que se desenvolvia a atividade produtiva, a China empreendeu grandes esforços para o estabelecimento gradual da propriedade pública dos meios de produção. De 1953 a 1956, constituiu-se um grupo de indústrias de base não existentes no passado e imprescindíveis para a industrialização do país, incluindo a produção de aviões e automóveis, de máquinas pesadas, de equipamentos de geração de eletricidade e da siderurgia.

O texto de apresentação da economia chinesa presente no site do Consulado da China no Brasil faz uma breve narrativa da trajetória econômica do país nas últimas décadas: “Na etapa de 1957 a 1966 realizou-se a construção socialista em larga escala. Comparando-se 1966 com 1956, o ativo fixo industrial do país, aos preços originais, aumentou quatro vezes e a renda nacional cresceu 58% a preços comparáveis. Aumentou muitas vezes o volume dos principais produtos industriais e foram estabelecidas novas séries de ramos de indústria. A infra-estrutura agrícola e sua transformação tecnológica se realizaram em grande escala. Foram desenvolvidos rapidamente muitos setores científicos e tecnológicos recém criados. Entre maio de 1966 a outubro de 1976, época da “revolução cultural” a China não enfrentou um bom desempenho da economia e só em 1979 entra em uma nova etapa de desenvolvimento de sua história. Com Deng Xiaoping no comando da República Popular da China, o país começou a aplicar uma política de reforma e abertura, a transferir o centro básico do trabalho para a modernização, a reajustar as proporções da economia nacional, a reformar as estruturas da economia e da política, podendo assim

² Site do Consulado da China no Rio de Janeiro : www.consulado-china.rj.org.br

definir gradualmente um caminho para a modernização socialista com peculiaridade chinesa. Sobretudo a partir da política de reforma e abertura ao exterior em 1979, registram-se espetaculares êxitos na economia chinesa que atraíram a atenção de todo mundo. A fisionomia do país apresentou profundas mudanças sendo estes 20 anos o melhor período desde a fundação da República Popular da China e de mais benefícios conseguidos pelo povo”.

A industrialização pesada é consequência direta da conquista da autonomia política. O governo desempenhou um papel fundamental, por meio da elaboração de planos de desenvolvimento, com o regime socialista conferindo ao Estado o papel de principal investidor. A China apresenta nos últimos anos um desempenho econômico impressionante, com indicadores de crescimento superiores aos dos Tigres Asiáticos. Nos próximos capítulos vamos estudar a fundo essa economia para entendermos o porquê dessa situação.

CAPÍTULO 2: ECONOMIA DA CHINA

Experiências internacionais comprovam que o efeito da globalização no crescimento econômico, pobreza e distribuição de renda pode variar bastante entre nações, e seu impacto depende crucialmente das políticas nacionais. A liberalização do comércio e do investimento desde os anos 80 trouxe à China um grande crescimento econômico e o país vem tirando muitos de seus habitantes da miséria. As desigualdades, entretanto, têm se aprofundado à medida que a distribuição de renda e as oportunidades favoreceram as áreas urbanas e as regiões costeiras, deixando as áreas rurais e aquelas menos desenvolvidas para trás. Dentre os trabalhadores, aqueles mais qualificados têm visto suas rendas crescerem muito mais que os outros. Dessa forma, na seqüência, irei descrever a economia chinesa de forma detalhada, assim como sua relação com a sociedade, abordando aspectos como crescimento, reformas, desemprego, dentre outros.

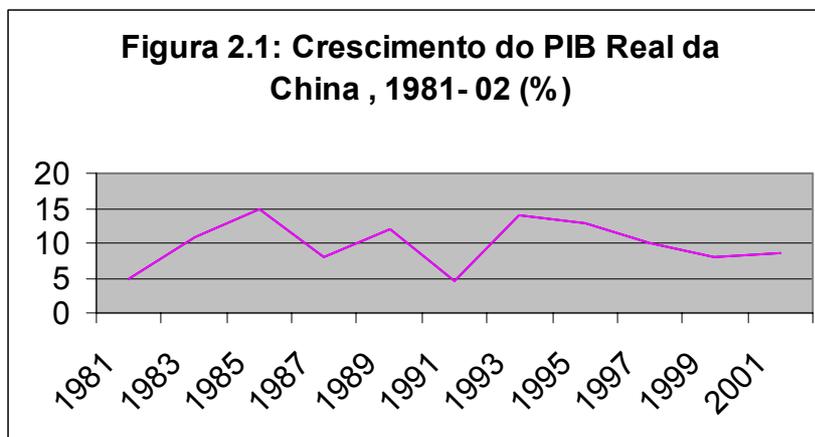
2.1 : Reformas e Crescimento

Nesta seção vamos falar do recente desempenho da economia chinesa em um contexto de rápida mudança estrutural. Tal desempenho recente da China é ainda mais notório em vista das complexas reformas estruturais e desenvolvimento institucional voltado para o mercado que foi realizado ao longo das últimas duas décadas.

O “milagre econômico chinês” tem avançado, passo a passo, desde 1978, quando Deng Xiao Ping encabeçou a direção responsável pela superação do esquerdismo e pela formulação e desencadeamento do processo de reforma e abertura da economia chinesa. Esse processo compreende convivência e integração de dois modos de produção: o chamado socialista (economia planificada e centralizada) e o de mercado livre. Na China batizou-se esse sistema de “economia de mercado socialista com características chinesas”, com a China adotando oficialmente uma economia sujeita à regulamentação macroeconômica do Estado, mas atribuindo cada vez mais ao mercado o papel fundamental na distribuição dos recursos. Com a reestruturação econômica dos últimos anos abriram-se imensos espaços para o desenvolvimento também da economia privada, em pé de igualdade com a economia de propriedade pública.³

³ CHANG, Zhulin. The Interaction of the State and the Market in a Developing Transition Economy: The Experience of China. Banco Mundial.

Nesse contexto, a China vem alcançando um grande progresso econômico desde 1979. Estatísticas oficiais mostram que o PIB real cresceu numa média de 9.4 % ao ano entre 1979 e 2000, ultrapassando 10 % na primeira metade dos anos 80 e 90. (figura 2.1)



Fonte: China Statistical Year Book

A performance de crescimento pós-1979 foi associada a uma dramática redução da pobreza , com aproximadamente 400 milhões de pessoas saindo do nível de miséria de 1 dólar de consumo por dia. Este progresso advém de enormes transformações estruturais e desafios externos. As transformações estruturais incluíram mudanças de um planejamento econômico centralizado para uma economia de mercado, de uma economia fortemente agrícola para uma economia industrial e de serviços, e de uma economia fechada para uma economia mundialmente integrada.

As reformas estruturais foram de tal importância e deram tanta sustentabilidade a economia chinesa que, por exemplo, durante a crise asiática em 1997-1998 e da queda da atividade econômica global durante os anos de 2000-2002, a China manteve um crescimento constante e uma boa performance macroeconômica, contrastando com a situação das economias também em transição de uma economia centralizada para uma economia de mercado como as do Leste Europeu e a ex União Soviética.

Ajudada pela depreciação real do yuon (moeda chinesa) entre 1993 e 1998, a China converteu um déficit na balança de pagamentos em 1993 de 11,6 bilhões de dólares em superávit. Para se ter uma melhor noção da magnitude das suas relações comerciais com outros países, a cada vez maior produção e abertura comercial da economia chinesa, onde 2/3 do total das importações advém de outros países da Ásia, têm sustentado a recuperação

da região asiática como um todo.⁴ Além disso, a China foi em 2003, o 3º maior importador do mundo, importando U\$\$ 412,8 bilhões de dólares e o 4º maior exportador do mundo, exportando um montante de U\$\$ 436,4 bilhões de dólares.

Visto isso, me pergunto: Qual foi, então, a “mágica”, para que a China atingisse esse patamar? É notório que levar um país com dimensões gigantescas a um estágio avançado de modernização tecnológica e industrial não é tarefa de curto prazo. Cálculos estimam que aproximadamente de um quarto a um terço do crescimento da China pós 1979 vieram de melhorias na organização e da eficiência da produção iniciadas desde então. Outras estimativas das fontes de crescimento sugerem que os avanços tecnológicos aumentaram muito nos anos 90 com a crescente abertura da economia e com a entrada de investimentos diretos estrangeiros, que fizeram com que junto com eles aumentasse a demanda por mão de obra qualificada, e o que levou o próprio governo a adotar inclusive uma política de treinamento de estudantes chineses no exterior.⁵

Em depoimento ao jornal O Globo do dia 23 de maio deste ano o professor de laboratórios de conjuntura da UFRJ, David Kupfer, conclui: “Nos últimos 20 anos, a China tem seguido um modelo de industrialização do tipo asiático, muito semelhante ao sul-coreano, que pode ser definido como um ataque em dois flancos: por um lado, a compra de tecnologia pronta no exterior associada a incentivos para o desenvolvimento local de tecnologia. Por outro, uma política agressiva de formação de mão-de-obra no exterior. Na volta, esses profissionais espalham o conhecimento acumulado pelo país numa verdadeira máquina de aprendizado acelerado.” Não é por outra razão, portanto, que a maioria das parcerias fechadas entre empresas estrangeiras e chinesas incluía a transferência obrigatória de tecnologia. Um exemplo emblemático foi a entrada no país da Microsoft, só autorizada a iniciar seus negócios depois de instalar centros de desenvolvimento de pesquisa e tecnologia.

Somado a abertura comercial e também sendo um dos pilares do modelo chinês de crescimento está a mão-de-obra barata, com salários baixíssimos. Entre 1982 e 2002, a tarifa média de importação da China caiu de 55% para 12%. Máquinas e insumos invadiram o país que, com sua mão-de-obra barata, passou a finalizar a preços baixos

⁴ YANG, Yongzheng. **China's Intregation into the World Economy: Implications for Developing Countries**. FMI, Country Report nº 03/245.

⁵ BRIXI, Hana Polackova. **China: Promoting Growth with Equity**. Banco Mundial, report nº 24169

produtos para exportação. Para se ter uma idéia de como é barata a mão-de-obra chinesa , segundo dados do FMI e do IBGE, divulgados em reportagem do jornal O Globo de 23 de maio de 2004, lá o salário médio mensal do trabalhador é de U\$\$ 134, enquanto no Brasil é de U\$\$ 173.

Todas essas “fontes” de crescimento citadas nos dois parágrafos anteriores fizeram com que o crescimento tecnológico tivesse uma média acima de 2% ao ano na década de 90, o que, para os padrões internacionais é uma performance bastante alta. Cada uma delas porém, contribui em maior peso em determinados períodos.

O forte crescimento entre 1979-1984 foi principalmente resultado da troca de mão da agricultura para a indústria rural. O aumento nos preços agrícolas e a liberdade para vender a produção que excedesse as cotas governamentais ao preço de mercado levou a renda per capita no campo aumentar em uma média de 15% ao ano. As crescentes rendas das fazendas permitiram maiores poupanças para financiar novas firmas rurais. A parte da agricultura no total de empregados caiu de 62 para 53 % entre 1978 e 1985 enquanto que a participação das pequenas firmas agrícolas aumentou de 7 para 14%.⁶

Durante 1985-92, o crescimento foi beneficiado pela melhoria de eficiência na alocação de recursos. Num estágio inicial das reformas a economia Chinesa estava se abrindo ao investimento e comércio estrangeiros. A liberalização dos preços, melhor uso dos mercados e abertura ao comércio externo contribuíram para melhorar a eficiência da alocação de recursos, que se refletiu em um crescimento maior da produtividade.⁶

No começo dos anos 90, com a economia mais aberta, o crescimento tecnológico se acelerou. O investimento direto externo anual bruto alcançou 6% do PIB em 1994. A importação de equipamentos pelas firmas estrangeiras entre 1987-1995 foi 2,5 vezes maior que a das firmas domésticas. Essas importações exemplificam a função do investimento direto externo de ser uma grande fonte de novas tecnologias, conhecimento científico e práticas modernas de administração. Logo o papel do investimento direto estrangeiro foi e é crucial para o progresso tecnológico para a China.

Nesses anos mais recentes mudanças estruturais se intensificaram e uma boa performance de crescimento tem continuado. A contribuição da agricultura para o emprego e para o PIB permanece caindo e, ao mesmo tempo, a função dominante da indústria na economia, com respeito a produção, exportação, emprego e produtividade ilustra a rápida

⁶ BRIXI, Hana Polackova. **China: Promoting Growth with Equity**. Banco Mundial, report nº 24169

modernização por que passou. A tabela abaixo mostra algumas das grandes mudanças que ocorreram na economia em um espaço de tempo de 10 anos.

Tabela 2.2: Transições Econômicas, 1993-2002

	1993	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Níveis (em US\$ bilhões)								
PIB	700	816	898	946	991	1,081	1,175	1,237
Reservas Internacionais	74	105	140	145	155	166	212	286
Dívida Externa	118	129	147	144	152	146	170	169
Produção (% do PIB)								
Agricultura	20	20	19	19	18	16	16	15
Indústria	48	50	50	49	49	51	50	52
Gastos (% do PIB)								
Investimento Fixo	36	34	34	35	36	37	38	42
Exportações	22	21	23	22	22	26	26	30
Importações	21	19	18	17	19	23	23	27
Emprego								
Nº de empregados (milhões)	681	690	698	706	714	721	730	737
Agricultura (%)	49	47	46	46	46	46	44	43
Serviços (%)	23	26	26	27	27	28	28	29

Fonte: National Bureau of Statistics, People's Bank of China and World Bank.

Com a entrada da China na Organização Mundial de Comércio os investidores estrangeiros procuram aproveitar as oportunidades ali criadas fazendo com que o investimento direto externo bruto ultrapassasse 52 bilhões de dólares em 2002, transformando a China atualmente no maior receptor de investimento direto estrangeiro do mundo. Provendo um colchão contra possíveis situações adversas, as reservas estrangeiras na China cresceram bastante, atingindo 346 bilhões de dólares em junho de 2003.

Com o cada vez menor planejamento central da economia pode se ter a impressão de que o Estado não teve participação no desempenho econômico chinês dos últimos anos. Isso não é verdade. A administração por parte do governo da sua demanda tem sido fundamental para as conquistas macroeconômicas. Desde 1998, o governo chinês impulsionou a demanda doméstica com cortes nos juros e aumento dos gastos públicos assim como aumentou a produtividade através de continuadas reformas estruturais. O governo implementou projetos de investimento em infraestrutura, meio ambiente e tecnologia de cerca de 1.2 trilhões de yuons (aproximadamente 12 % do PIB de 2002)

entre 1998 e 2002. Os gastos governamentais aumentaram de 14% do PIB em 1997 para 22% do PIB em 2002. O déficit fiscal, estimado em 3,3% do PIB em 2002, vem sendo mantido nesse nível e tendo seu pagamento garantido através do aumento da carga tributária, de 12,1% do PIB em 1997 para 18,7% do PIB em 2002.⁷

2.2: Reformas e Pobreza

Apesar de ainda existir hoje na China um grande contingente de pobres, a redução da pobreza em larga escala foi uma das maiores conquistas da China durante o período de reformas. Se utilizarmos a linha de pobreza oficial, estima-se que o número de pobres caiu de 200 milhões em 1981 para 34 milhões em 1999. Se utilizarmos o padrão do Banco Mundial cuja linha de pobreza corresponde a uma renda de 1 dólar por dia, o número de pobres teria caído de 490 milhões em 1981 para 98 milhões em 1999, e 88 milhões em 2002, o que corresponde a uma redução da porcentagem de pobres de 49 % em 1981 para 6,9 % em 2002.⁷ Seja qual for o método utilizado, fica claro que o número de pobres no país foi dramaticamente reduzido. Tal redução está principalmente associada a melhorias nos termos de troca entre as áreas rurais e urbanas.

A pobreza caiu significativamente no início dos anos 80, quando o rápido crescimento adveio de reformas no campo. Um grande crescimento na produção de grãos e das indústrias rurais, associado a um aumento dos preços agrícolas aumentaram a renda rural em 15 % ao ano em termos reais. Como a pobreza na China era um fenômeno essencialmente rural, o aumento da renda no campo proporcionou uma redução da pobreza por toda a China.

O segundo episódio de rápida redução da pobreza ocorreu entre 1994 e 1996. Durante esses 3 anos, a incidência da pobreza caiu de 18% para 11%. Mais uma vez, um aumento dos preços agrícolas e da produção nas áreas rurais foram os principais determinantes para tal redução.

Fica claro que os maiores benefícios trazidos pela redução da pobreza no campo são mais abrangentes, como se pode constatar através dos indicadores sociais durante o período de reformas pós-1979. Veja alguns exemplos. Em 2001, o nível de alfabetismo entre os adultos alcançara 85 %. Durante 1980 e 2001, a média de anos de estudo entre as

⁷ BRIXI, Hana Polackova. **China: Promoting Growth with Equity**. Banco Mundial, report nº 24169

peças de faixa etária dos 15 ao 64 anos, cresceu de 5 para 8 anos. A expectativa de vida ao nascer alcançou 70 anos e a mortalidade infantil caiu para 3,1 %. (tabela 2.3)

Tabela 2.3: Progressos na Saúde

	1980	2001
Expectativa de Vida ao Nascer (anos)	67	70
Mortalidade Infantil (em 1000 nascimentos)	42	31
Mortalidade até os 5 anos (em 1000 nascimentos)	64	39

Fonte: World Bank World Development Indicators

Apesar de todas essas conquistas positivas para a economia e para a sociedade, a segunda metade dos anos 1990 revelou que somente o crescimento econômico não é suficiente para sustentar a redução da pobreza. Durante 1998 e 2000, enquanto o crescimento econômico continuou em aproximadamente 8% ao ano, a redução da pobreza foi diminuindo. O crescimento da renda rural caiu, principalmente à medida que o poder de compra dos produtos agrícolas diminuiu. Dessa forma, não podemos nos iludir e acharmos que a situação da pobreza nas áreas rurais chinesas vai muito bem. Pode-se afirmar que a pobreza continua sendo um problema nas áreas rurais mas que o mapa da pobreza no campo tem mudado. Em 2002, 99 % dos 161 milhões de pobres que viviam com 1 ou menos de 1 dólar por dia viviam nas áreas rurais. Agora, a pobreza começa a se concentrar nas províncias do oeste e em localidades com pouquíssimas fontes de recursos, tanto humanas quanto naturais, e que pouco se relacionam com o resto da economia. Uma grande proporção dos pobres camponeses atualmente vivem nos vilarejos montanhosos, com um baixo atendimento educacional, de saúde e com uma terra de má qualidade.

Outro problema para a China é que uma redução menor da pobreza vem sendo acompanhada com um aumento das desigualdades, principalmente entre as cidades costeiras e aquelas do interior. Essa desigualdade de renda entre tais cidades aumentou mais rapidamente na primeira metade dos anos 90 com a contínua liberalização das políticas econômicas e o começo do “boom” de investimento (doméstico e externo), que se concentraram nas regiões litorâneas. Fica claro que, apesar das melhorias tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, as desigualdades em desenvolvimento humano tem se alastrado entre essas áreas. Como exemplo, a média de escolaridade nas áreas urbanas é, em média, 2 a 3 anos acima das áreas rurais e a mortalidade infantil, em 2000, nas áreas urbanas foi de 12 mortes a cada 1000 nascimentos e nas áreas rurais de 37 a cada 1000 bebês.

2.3: Economia, Sociedade e Emprego

A viagem do presidente Lula com uma comitiva de centenas de empresários brasileiros à China em maio deste ano despertou o interesse da população e da imprensa brasileira em relação ao país asiático. Reportagens de jornais vem tratando dos mais diversos assuntos relacionados à China. Em reportagem de 22 de maio de 2004, o jornalista do jornal O Estado de S.Paulo Lourival Sant'Anna faz um relato acerca da atual realidade chinesa: “O crescimento vertiginoso, a modernização e a introdução da lógica do mercado estão desfigurando a China e mudando drasticamente a vida dos chineses. Hoje, nos engarrafamentos de Pequim, capital chinesa, os carros invadem as largas ciclovias e empurram as bicicletas para o meio-fio, como se a nova China capitalista atropelasse a velha China comunista. É comum entre os chineses, tanto os jovens quanto os mais velhos, a visão melancólica de uma China pobre porém tranqüila e harmoniosa no passado, em contraste com uma vida nova cheia de oportunidades, mas também de riscos. Antigamente, quando um chinês saía da universidade, havia um emprego garantido pelo governo e mesmo que não fosse o que a pessoa queria, era obrigada a fazer o que fosse designado. Agora é preciso lutar para conseguir uma vaga, mas, pelo menos, é possível fazer o que se quer. Entre os chineses mais jovens, no balanço entre a velha e a nova China, a palavra liberdade faz com que todo o stress dos dias atuais valham a pena.”

É importantíssimo ressaltar, porém, que as reformas econômicas rumo a uma economia de mercado, introduzidas a partir de 1978, não incluíram a abertura política. O regime continua sendo de partido único, com o banimento da oposição e a censura da imprensa. Entretanto a classe média tende a tolerar a ausência de democracia. Na mesma reportagem citada no parágrafo anterior o consultor de empresas chinês Ray Wang afirma: “... todo mundo tem queixas mas, quando penso o quanto deve ser difícil governar um país de 1,3 bilhão de habitantes, não me queixo de nada. O sucesso da economia chinesa está vinculado a existência do partido único, que facilita a tomada de decisões...”. Em outro depoimento da mesma reportagem, um estudante declara que “...desde que a vida esteja tranqüila e a economia crescendo, tanto faz o sistema...”.

Para ajustar-se ao modelo capitalista, a China criou ou reescreveu 100 mil leis desde 1978, quando começaram as reformas, e promoveu cinco revisões constitucionais. Em março deste ano, a direito à propriedade privada, que já estava regulamentada em norma, foi incorporado à Constituição.

Além das condições propícias, da mão-de-obra barata e do mercado gigantesco, a China se esforça para preparar melhor a população. Como exemplo, segundo dados oficiais da China divulgados pelo jornal O Estado de S. Paulo em 22 de maio de 2004 muitas escolas passarão a ter todas as aulas em inglês e somente o ensino de línguas no país movimentará 1% do PIB.

Um ponto importantíssimo a se levantar é qual o impacto de todas essas reformas e esse crescimento econômico na geração de empregos para a população.

Certamente, mercado de trabalho na China passou por grandes mudanças nos últimos 20 anos. Os anos pré-reformas foram caracterizados pela alocação direta de empregos e um controle administrativo de salários. Os empregadores tinham muito pouco controle sobre a força de trabalho e seus salários, e os empregados tinham pouca liberdade para escolher onde trabalhar. O crescimento da importância do setor privado e diminuição das empresas estatais fizeram emergir uma oferta de trabalhadores mais orientados para o mercado, incluindo uma maior flexibilidade na contratação e dispensa de trabalhadores.

Enquanto o crescimento populacional foi diminuindo nos anos 90 para uma média menor que 1% ao ano, a força de trabalho (população com idade para trabalhar) cresceu a cerca de 1,5% ao ano. Concomitantemente, o crescimento do emprego nas áreas rurais caiu e muitos camponeses tem migrado para as cidades costeiras, provocando nessas áreas um crescimento da oferta de emprego ,desde 1990, de, em média, 3% ao ano. Entretanto, apesar da forte urbanização ocorrida no país, a população chinesa permanece predominantemente rural.

O setor da economia que mais acolheu esse aumento da oferta de empregos foi o setor terciário. Nas tabelas abaixo (2.4 e 2.5) podemos visualizar melhor a atual situação e distribuição do emprego na China.

Tabela 2.4: População, População Economicamente Ativa e Empregados, 1980-2002
(em milhões)

	1980	1990	1995	2000	2001	2002
População	987,1	1143,3	1211,2	1265,8	1276,3	1284,5
Pop.Urbana	191,4	301,9	351,7	458,4	480,6	502,1
Pop.Rural	795,7	841,4	859,5	807,4	795,6	782,4
Pop.Urbana (% do total)	19,4	26,4	29	36,2	37,7	39,1
Pop.Rural (% do total)	80,6	73,6	71	63,8	62,3	60,9

Pop. em idade de trabalho (15-64)	594,1	763,1	829	888	894,3	903
Pop. Econ. Ativa (PEA)	429	653,2	687,4	739,9	744,3	751,3
PEA / Pop. em Idade de Trabalho (%)	72,2	85,6	82,9	83,3	83,2	83,2
Empregados	423,6	647,5	680,7	720,9	730,3	737,4
Desempregados (PEA - Empregados)	5,4	5,7	6,7	19,1	14,1	13,9
Desempregados / PEA (%)	1,3	0,9	1	2,6	1,9	1,9
Áreas Urbanas						
Empregados	105,3	170,4	190,4	231,5	239,4	247,8
Áreas Rurais						
Empregados	318,3	477,1	490,3	489,3	490,9	489,6

Fonte: China Statistical Yearbook

Tabela 2.5: Emprego por setor, 1980 - 2002 (em milhões)

	1980	1990	1995	2000	2001
Setor Primário	291,2	389,1	355,3	360,4	365,1
(%)	68,70%	60,10%	52,20%	50%	50%
Setor Secundário	77,1	138,6	156,6	162,2	162,8
(%)	18,20%	21,40%	23%	22,50%	22,30%
Setor Terciário	55,3	119,8	168,8	198,2	202,3
(%)	13,10%	18,50%	24,80%	27,50%	27,70%
Não Agrícola	132,4	258,4	325,4	360,4	365,1
(Secundário + Terciário)	31,30%	39,90%	47,80%	50%	50%

Fonte: China Statistical Yearbook

O principal desafio chinês agora é criar empregos qualificados para os que entram na força de trabalho assim como absorver a mão-de-obra que sai do campo e das empresas estatais. Para atingir tal objetivo, de acordo com diagnóstico relatado no relatório do FMI “China’s Labor Market Performance and Challenges” as políticas governamentais devem focar em estimular o setor privado, especialmente o setor de serviços, que tem sido a principal fonte de empregos nos últimos anos, reduzir as barreiras para imigração, capacitar os trabalhadores e permitir uma cada vez maior liberdade nas relações entre empregadores e empregados.

CAPÍTULO 3: INTEGRAÇÃO DA CHINA NA ECONOMIA GLOBAL

A integração da China na economia global tem contribuído para sustentar o crescimento do mercado internacional. Entretanto, embora bastante grande, essa integração chinesa não é sem precedentes, e, de acordo com o professor de economia asiática da Fipe/USP Eduardo Tonooka em artigo para a Folha de S.Paulo no dia 23 de maio de 2004, é similar a aquelas vistas antes durante a integração internacional de outras economias em desenvolvimento, como a do Japão e da Coréia do Sul.

À medida que o comércio chinês com o resto do mundo tem se aprofundado, sua composição e seu comportamento geográfico tem mudado. A participação das exportações chinesas para economias industriais e os países avançados tem crescido e se tornado cada vez mais diversificada. Dentro da Ásia, a China se tornou um dos mais importantes destinos das exportações dos outros países da região.

Reformas comerciais e compromissos estabelecidos como parte do acesso chinês à Organização Mundial do Comércio foram cruciais em promover essa integração chinesa. Essas reformas, feitas ao longo dos últimos 15 anos, incluíram uma substancial redução de tarifas e de barreiras não tarifárias ao comércio, principalmente de cotas e subsídios.

O comércio internacional chinês tem se expandido constantemente desde a abertura de sua economia em 1979 e o ainda grande potencial de desenvolvimento do país sugere que a China pode manter um forte crescimento das exportações nos próximos anos. A continuada implementação dos compromissos junto a Organização Mundial do Comércio vai facilitar a crescente integração da China na economia global e gerar benefícios para a maioria de seus parceiros comerciais, inclusive o Brasil.

A base de exportações chinesas que, anteriormente era formada basicamente por produtos da indústria têxtil e outras manufaturas leves, hoje já é bastante diversificada. No início dos anos 90 as manufaturas leves, incluindo, dentre outros, calçados, vestuário e brinquedos, representavam mais de 40% das exportações chinesas. Uma grande parte do resto das exportações era composta por outros bens da indústria têxtil e de pequenos produtos eletrônicos da indústria de transportes. Nos anos recentes, a China tem conseguido um grande crescimento nas exportações de outros bens, incluindo eletrônicos mais sofisticados (equipamentos elétricos, de telecomunicação, de som), móveis e máquinas industriais. Por exemplo, a proporção das exportações chinesas representadas por máquinas e bens ligados ao setor de transportes (incluindo os eletrônicos) aumentaram de

17 % em 1993 para 41% em 2003, enquanto que a participação das manufaturas leves caiu de 42% para 28%. Na tabela 3.1 abaixo podemos verificar a “sofisticação” das exportações chinesas.

Tabela 3.1: Alterações das exportações chinesas
(% do total das exportações)

	1993	2003
Manufaturas leves como calçados, vestuário e brinquedos.	42%	28%
Máquinas e bens do setor de transportes, incluindo eletrônicos.	17%	41%

Fonte:China Statistical YearBook

De um modo geral, as importações chinesas de quase todos os seus parceiros comerciais tem apresentado um crescimento de 2 dígitos. Importações da Ásia em dólares americanos aumentaram 43% em 2003, enquanto importações da Europa e dos Estados Unidos aumentaram 31% e 24%, respectivamente. Do lado das exportações, os números são quase invertidos, com as exportações para a Europa e os Estados Unidos crescendo 49% e 32% respectivamente, e para a Ásia 31%. As importações chinesas de outras regiões do mundo também aumentaram dramaticamente durante esse período. Como exemplo, importações provindas da América Latina cresceram 81% e provindas da África, 54%, sendo a China hoje, o terceiro maior importador mundial dos países em desenvolvimento , atrás apenas dos Estados Unidos e da União Européia.

Enquanto a balança comercial chinesa, de uma forma geral, não apresentou mudanças significativas nos anos recentes, pois tanto as exportações quanto as importações aumentaram, a mesma apresentou mudanças bilateralmente. O superávit da balança comercial chinesa com relação aos Estados Unidos e Europa aumentou significativamente de 1997 para 2002, mas foi anulado pelo aumento do déficit comercial chinês com o resto da Ásia. Em 2003, a China apresentou um superávit comercial total de U\$\$ 25 bilhões.

Um outro fator importante das reformas chinesas para que o país atingisse esses números foi a descentralização das atividades comerciais e o aumento dos incentivos às

empresas voltadas para o comércio exterior. O número de empresas permitidas a realizar transações comerciais com o exterior se limitava à uma dúzia de empresas estatais no final dos anos 70 e hoje é de cerca de 10.000, a grande maioria não estatais.

3.1: O Acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC)

Para fazer parte da Organização Mundial do Comércio a China teve que se comprometer a realizar diversas reformas, como a redução de tarifas comerciais e das barreiras não tarifárias. Por exemplo, enquanto a média das tarifas de importação no início dos anos 80 era maior que 50% , em 2002, esse número caiu para 12%, menor que a média do México e menos que a metade da média da Índia. Como resultado dessas reformas, assim como da contínua liberalização dos preços internos, os preços domésticos da maioria dos bens comercializados convergiram, na metade da década de 90 para os preços internacionais. Abaixo segue o resumo dos principais compromissos assumidos pela China para sua admissão na OMC, ocorrida em 11 de dezembro de 2001:⁸

- Comércio de Bens: Todas as tarifas sobre os bens importados devem ser eliminadas ou reduzidas, a maioria em 2004. Tarifas sobre os bens industriais devem ser reduzidas para uma média de 9%, e as cotas de importação devem ser eliminadas em 2005. Tarifas sobre os bens agrícolas devem ser reduzidas para uma média de 15% em 2005.
- Comércio de Serviços: O acesso estrangeiro ao setor de serviços deve ser assegurado através de transparência e licenças concedidas pelo governo em vários setores, incluindo o setor financeiro e de seguros, telecomunicações e turismo. No setor financeiro, por exemplo, bancos estrangeiros vão poder prestar serviços sem restrições para as empresas chinesas em dezembro de 2003 e para todas as pessoas físicas chinesas a partir de dezembro de 2006.
- Subsídios: Todas as formas de subsídios às exportações, inclusive agrícolas, inconsistentes com as regras da OMC, devem ser eliminadas.
- Investimento Estrangeiro: A aprovação para os investimentos estrangeiros não mais serão submetidos a exigências de transferência de tecnologia.
- Propriedade Intelectual: A China vai fortalecer os direitos sobre propriedade intelectual.

⁸ RUMBAUGH, Thomas; BLANCHER, Nicolas. **China: International Trade and WTO Accession**. FMI, Country Report nº 04/36.

De acordo com estes e outros compromissos, a China irá reduzir sua média tarifária para 10% em 2005. O comércio internacional da China será cada vez mais baseado em tarifas, à medida que a China vai eliminando as cotas de importação, licenças e outras barreiras não tarifárias, o que ajudará a fortalecer a transparência do sistema comercial chinês.

No setor de serviços, os compromissos assumidos pela China representam um marco. As reformas incluem a abertura de setores considerados chaves para a economia, onde a participação estrangeira era praticamente inexistente, como o setor de telecomunicações, financeiro e de seguros.

Até o fim de 2003 nenhuma reclamação formal havia sido feita contra a China no que diz respeito ao cumprimento de seus compromissos. As reduções de tarifas vem ocorrendo conforme a programação estabelecida, assim como vem ocorrendo, especialmente no setor agrícola, a eliminação das barreiras não tarifárias.

Estudos do FMI, demonstrados nos relatórios “China: International Trade and WTO Accession” e “China’s Integration into the World Economy: Implication for Developing Countries” mostram que os efeitos do acesso da China na OMC sobre o bem estar internacional devem ser, em geral, positivos.

No longo prazo, a China se beneficiará através do aumento da concorrência internacional, que servirá como ímpeto para as reformas internas, além dos ganhos de produtividade e dos benefícios diretos para os consumidores internos, como por exemplo, preços internos mais baixos. O crescimento sustentado da China, para o qual o acesso à OMC irá contribuir, deve promover benefícios para a maioria de seus parceiros comerciais mais desenvolvidos já que a China concordou em abrir setores cruciais, como agricultura e serviços. Esses países podem se beneficiar através do aumento das exportações para a China de bens intensivos em capital e tecnologia, aumento do comércio e de oportunidades de investimento no setor de serviços chinês, e aumento do acesso ao mercado agrícola. Além disso o turismo dos chineses pode beneficiar esses países parceiros.

Entretanto, ao mesmo tempo, algumas economias menos avançadas podem ter prejuízos. As mais afetadas serão as concorrentes diretas da China, como, por exemplo, aquelas cujas exportações se concentram no setor de vestuário. A concorrência direta dos vestuários chineses, muito mais baratos internacionalmente, devido principalmente ao baixíssimo custo da mão-de-obra no país asiático, deverá, além de impulsionar a queda de preços, roubar os mercados destas pequenas economias.

Diante disso, a questão a se levantar é como essa crescente abertura chinesa tem afetado e afetará outros países em desenvolvimento, incluindo aí o Brasil?

3.2: A China na OMC e as Consequências para os Países em Desenvolvimento (baseado em relatórios do FMI e do Banco Mundial, citados ao longo do capítulo)

Os efeitos do acesso da China na OMC sobre os outros países em desenvolvimento serão sentidos em duas áreas. No mercado de bens e serviços haverá um aumento da competição com a entrada dos exportadores chineses no mercado mundial assim como um aumento das oportunidades de exportações para a China. No mercado internacional de capitais, a competição pelos investimentos diretos estrangeiros se intensificará à medida que o mercado chinês se torna mais aberto para este tipo de investimento.⁹ Teoricamente, o impacto do acesso chinês à OMC para os seus parceiros comerciais é ambíguo, pois irá variar de país para país, dependendo da estrutura comercial de cada país e de sua relação com a China.

No mercado de bens e serviços o primeiro efeito a ser notado é o aumento das oportunidades de exportações para a China. A grande demanda da gigante população chinesa aumentaria o volume das exportações para esse país assim como os preços dos produtos exportados. O segundo efeito seria o fato de muitos países substituírem as importações de produtos advindos de países em desenvolvimento por produtos chineses. O impacto do primeiro efeito dependerá do grau de complementaridade entre as importações da China e as exportações dos outros países. Já o impacto do segundo efeito dependerá da similaridade dos bens exportados pela China e pelos outros países. Em, por exemplo, um país em desenvolvimento que se encontre em ambas essas situações na sua relação com a China, caso o primeiro efeito seja mais forte, o país sairá ganhando, caso prevaleça o segundo efeito, sairá perdendo.

Na agricultura, a queda nas tarifas de importação e o aumento das quotas permitidas para importação, pode aumentar rapidamente a demanda chinesa por muitas commodities agrícolas. Já se tem notado um grande aumento da demanda chinesa pelas commodities agrícolas da América Latina, inclusive do Brasil.

Para a maioria dos países em desenvolvimento, o potencial de expansão das exportações para a China se encontra nos produtos de mão de obra intensiva e

⁹ YANG, Yongzheng. **China's Integration into the World Economy: Implications for Developing Countries**. FMI, Country Report nº 03/245.

especializada, que tiveram, em sua maioria, significantes reduções de tarifas de importação. A demanda chinesa por alguns produtos tropicais e subtropicais tem crescido rapidamente nos últimos anos. Borracha, açúcar, banana, dentre outros, são alguns dos produtos que muitos países em desenvolvimento podem aumentar o volume exportado para a China.

As maiores reduções tarifárias devem ocorrer em indústrias onde os países em desenvolvimento em estágios mais avançados, como o Brasil, Índia e Rússia, tem uma vantagem comparativa em relação à China. Exemplos destas indústrias são a indústria automobilística e a indústria química.

Há também um considerável potencial para os países em desenvolvimento para expandir suas exportações de produtos minerais para a China. As tarifas de importação sobre estes produtos já estão mais baixas que anteriormente à entrada da China na OMC e a crescente abertura na China de setores de serviços associados à esses produtos minerais assim como do setor de distribuição destes, faz com que possa se prever oportunidades de exportação desse tipo de produto.¹⁰ Como efeito negativo para aqueles países importadores de produtos minerais, a crescente demanda chinesa pode aumentar os preços destes produtos e com isso aumentar os custos de importação de tais países. Isso já verdade no setor de energia, onde a crescente demanda chinesa contribuiu para o aumento dos preços do petróleo.

Cabe ressaltar que, para muitos países em desenvolvimento, o acesso da China na OMC não proporcionará muitas oportunidades de exportação no setor de serviços. Conforme dito anteriormente, a maior abertura chinesa ocorre principalmente nos setores em que os países industriais possuem vantagem comparativa em relação à China, como, por exemplo, serviços financeiros, de telecomunicações e indústria química e os países que não apresentarem vantagem de produção nesses setores não serão tão beneficiados. A Índia pode, por exemplo, por possuir uma grande vantagem comparativa, aumentar bastante suas exportações de serviços relacionados à Tecnologia de Informação para a China.

A maior parte do impacto negativo para outros países da crescente abertura internacional chinesa se dará nas indústrias têxteis, de vestuário e eletrônica, setores em que a China apresenta muita competitividade.

¹⁰ RUMBAUGH, Thomas; BLANCHER, Nicolas. **China: International Trade and WTO Accession**. FMI, Country Report nº 04/36.

Fica claro que o acesso da China na OMC e sua crescente abertura comercial resulta em uma maior concorrência internacional mas também abre um grande mercado para as exportações de produtos dos países em desenvolvimento . De um modo geral, aqueles países que apresentam grandes laços comerciais com a China devem se beneficiar do crescimento e abertura deste país, enquanto que aqueles países que não se relacionam tanto comercialmente com a China e concentram sua produção em bens que competem diretamente com os produtos chineses, principalmente os de mão de obra intensiva, devem ser menos favorecidos ou até prejudicados a curto e médio prazos. Esse efeito adverso tem mais probabilidade de ocorrer se estes países também competirem diretamente com a China por investimento direto estrangeiro.

Entretanto, no longo prazo, evidências empíricas comprovam que o efeito da abertura comercial da China é positivo para os países em desenvolvimento.¹¹ O acesso chinês à OMC é apenas parte das reformas do país e de seu processo de abertura que vem ocorrendo a mais de duas décadas. Nesse período tanto as importações quanto as exportações chinesas se diversificaram bastante. Países em desenvolvimento, incluindo aí os menos desenvolvidos, que, em um estágio inicial perderam mercados de exportação para a China, posteriormente, com a diversificação das importações chinesas, principalmente para bens que estes mesmos países possuíam vantagem comparativa na sua produção, como minerais, algumas commodities e outros bens agrícolas, puderam anular as perdas e também serem beneficiados com a abertura chinesa. Logo, uma economia chinesa mais aberta e crescendo mais rápido deve beneficiar, no longo prazo, um cada vez maior número de países em desenvolvimento.

¹¹ YANG, Yongzheng. **China's Intregation into the World Economy: Implications for Developing Countries**. FMI, Country Report nº 03/245.

CAPÍTULO 4: RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA

Depois de termos visto, no capítulo anterior, as conseqüências da entrada da China na OMC para os países em desenvolvimento de uma forma geral, neste capítulo descreverei de que forma esse processo de integração global da China impactou nas suas relações comerciais especificamente com o Brasil.

A complementaridade das duas economias tem impulsionado o comércio bilateral, havendo a China passado a ser o terceiro maior mercado para o Brasil, atrás apenas dos EUA e da Argentina. EM 2003, o comércio entre os dois países alcançou cerca de US\$ 7 bilhões, um aumento de 300% em relação a 2000. Já nos primeiros dois meses de 2004 , o intercâmbio comercial aumentou 73% em relação ao mesmo período do ano passado.

Esse contínuo aumento das trocas comerciais pode ser visto ano a ano. Em 2000, as exportações brasileiras cresceram 60% em relação a 1999. Em 2001, o salto foi de 72%. Em 2002, de 32%. E no ano passado, de 80%. Se considerarmos o período de 1994 a 2003, o comércio bilateral, que hoje vai do agronegócio à indústria aeroespacial, cresceu de US\$ 1,28 bilhão para US\$ 6,67 bilhões em 2003.

No ano passado, o Brasil, principal parceiro da China na América Latina, registrou superávit na relação com o país asiático de US\$ 2,3 bilhões. As exportações chinesas para o Brasil também crescem mas num ritmo mais lento do que as nossa para lá. Dentre os produtos que nos últimos anos apresentam um maior crescimento na lista de importações brasileiras da China podemos destacar: telas de cristal líquido, com um aumento de 186% nos três primeiros meses deste ano em relação a igual período de 2003; aparelhos elétricos e tecidos de poliéster chineses que se expandiram, respectivamente, 260% e 435% no mesmo trimestre.¹²

Quanto às exportações brasileiras para a China, nos anos 90, cerca de 75% se concentravam em dois produtos: soja em grão e minério de ferro. Até hoje, os complexos produtivos da soja e do ferro respondem por 65% das exportações, mas aumenta a diversificação. Em reportagem do jornal “Valor Econômico” de 20 de maio de 2004 o secretário-executivo do recém-criado Conselho Empresarial Brasil-China , Renato Amorim destaca: “ Com a consolidação da classe média chinesa, alguns bens de consumo mais

¹² Site do Ministério das Relações Exteriores da China: www.mfa.gov.cn

caros, especialmente automóveis, estão explodindo na nossa pauta. O maior poder aquisitivo no cenário chinês também muda padrões de alimentação, motivo para a crescente demanda por produtos agrícolas. Os minérios atendem o crescimento dos setores de infra-estrutura, especialmente impulsionada por investimentos públicos.” Na tabela 4.1 abaixo vemos o crescimento ano a ano das exportações brasileiras para a China.

Tabela 4.1 : Crescimento das exportações brasileiras para a China

ANO	VALOR (em US\$ bilhão)	VARIAÇÃO
2000	1,0	60,5%
2001	1,9	75,3%
2002	2,5	32,5%
2003	4,5	79,8%
2004 (1º trim.)	1,1	53,9%

Fonte: National Bureau of Statistics of China e Banco Mundial

Na tabela abaixo (tabela 4.2) encontram-se os produtos mais negociados entre os 2 países.

Tabela 4.2: Produtos mais negociados entre Brasil e China em 2003

(em US\$ bilhão)

Brasil - exportações para a China	
Soja em grão	1,31
Minério de Ferro	0,77
Laminados de ferro e de aço	0,46
Celulose	0,27
Semifaturados de ferro e de aço	0,26
Óleo de soja bruto	0,26
Partes e peças para automóveis e tratores	0,16
Motores para autmóveis	0,13
Couros e Peles	0,12
Madeira Serrada	0,11
China - exportações para o Brasil	
Coques e semicoques de hulha	0,21
Aparelhos transmissores e receptores	0,2
Hulhas não aglomeradas	0,09

Tecidos de fibras têxteis ou sintéticas	0,08
Dispositivos de cristais líquidos	0,08
Circuitos Integrados e microconjuntos eletrônicos	0,08
Compostos heterocíclicos	0,07
Máquinas para processamento de dados	0,07
Motores, geradores e transformadores elétricos	0,06
Partes e acessórios de automóveis	0,06

Fonte: Embaixada da China no Brasil

Mesmo crescendo aceleradamente, a participação chinesa no intercâmbio comercial do Brasil com o resto do mundo é ainda pequena. Em 2003 não foi além das 6,2% das exportações brasileiras totais, e de 4,45% das importações. No caso das exportações pode-se comprovar na tabela 4.2 que permanece a concentração na venda de soja em grão e minério de ferro, apesar de uma tendência de diversificação. No caso das compras à China, a pauta e o número de importadores também estão concentrados. Dois grupos de produtos – material eletroeletrônico e carvão mineral – respondem por 44% das importações brasileiras em 2002 ; máquinas , aparelhos e material elétricos , 29,3%; e combustíveis, óleos e ceras minerais, 14,5%.

No que diz respeito aos investimentos diretos, em 2002, a China ocupou um tímido 35º lugar no ranking de investidores estrangeiros no Brasil. Entretanto as expectativas são muito mais promissoras. Duas grandes linhas de projetos despontam entre os interesses chineses: produção, processamento e escoamento de alimentos, produção e fornecimento de energia. Para isso, estão em análise investimentos e parcerias para recuperação e extensão da malha ferroviária brasileira e ampliação de portos. Espera-se que o investimento direto chinês no Brasil alcance US\$ 5 bilhões nos próximos três anos. Para o ministro do Desenvolvimento Luís Fernando Furlan, há espaço nas áreas de mineração, energia, transporte e alimentos, entre outras.¹³

Enquanto o investimento chinês em infra-estrutura não vem, a balança comercial brasileira conta com o vigor da China no consumo de commodities para acumular superávits. Como a migração dos camponeses para os centros urbanos da China é muito grande (espera-se que 400 milhões de chineses devem trocar o campo pelas cidades nos próximos 20 anos), a demanda por alimento aumentará bastante e aí surge uma grande oportunidade para o Brasil expandir as exportações de alimentos para aquele país. Um levantamento do BNDES e do Ministério do Desenvolvimento buscou relacionar os

¹³ Jornal O Globo, 12 de maio de 2004.

produtos com maior potencial de crescimento nas exportações para a China e concluíram que o Brasil tem capacidade de duplicar o número de itens incluídos na exportação para a China, passando de 777 produtos para cerca de 1.600. Na indústria de papel e celulose, por exemplo, as exportações brasileiras para a China são de U\$\$ 114 milhões anuais frente a um total mundial de importações chinesas de U\$\$ 2 bilhões em 2002 (participação de 5,7% e com amplas possibilidades de aumentar esse número). Para a indústria do frango, a notícia promissora é que o consumo atual per capitã nas cidades chinesas pulou de 3,4 quilos para 9,2 quilos entre 1990 e 2002, e ainda é insignificante se comparado ao Brasil (32,2 kg), Hong Kong (40,7 Kg) e aos Estados Unidos (42,6 kg). Outros setores mapeados com forte potencial foram o de automóveis e autopeças, compressores para refrigeradores e aviação (esse último por conta dos fortes investimentos chineses na construção de aeroportos em cidades de médio porte). Vislumbra-se também um possível aumento das exportações de instrumentos médicos e hospitalares, cosméticos, carnes e frutos do mar congelados, frutas secas, leite e leite em pó, cachaça, entre outros.

Além das perspectivas expressivas para o agronegócio e para o setor de serviços alimentares do Brasil, outro mercado importante é o de construção civil. A montagem da infra-estrutura de uma economia em franca e continuada expansão e das obras para as Olimpíadas de Pequim em 2008 infla a demanda por materiais para construção civil, onde o Brasil pode aumentar suas exportações.

Na área de software, a expectativa fica por conta da automação bancária. Com vimos no capítulo anterior, em função da entrada da China na OMC , em 2001, o país terá seu sistema bancário aberto à concorrência até 2007. Isso significa que bancos estrangeiros oferecerão cartões de crédito e home banking a uma classe média em expansão. É por isso que os quatro grandes bancos chineses, todos estatais, precisam correr em busca de automação bancária, know-how que o Brasil domina. Trata-se de mais uma ponte que poderá encurtar a continental distância entre os gigantes asiático e sul-americano.

Apesar de todo esse grande desempenho brasileiro nas relações comerciais com a China, devemos nos preocupar com a manutenção desse resultado no longo prazo. O presidente da FIESP, Horácio Lafer Piva, em reportagem do jornal “ O Estado de S.Paulo ” datada de 22 de maio de 2004 ressalta: “... O desempenho atual brasileiro, com um superávit comercial bilateral obtido pelo Brasil de U\$\$ 2,4 bilhões em 2003, não reflete, contudo, um trabalho anterior de identificação de novos segmentos potenciais ou implantação estratégica. O mérito brasileiro foi estar preparado para vender mais o que já

vendia para a China antes desse “boom” da economia chinesa.” Também há uma diferença marcante entre as pautas de exportação dos dois países. O Brasil vende, praticamente, produtos básicos, como a soja e o minério de ferro, e importa produtos eletrônicos, produtos mais elaborados de siderurgia e elementos químicos. Isso, por um lado, é uma vantagem, pois as duas pautas são complementares, o que tende a causar menos conflito comercial, e por outro, uma desvantagem, já que a pauta brasileira tem menor grau de elaboração e valor agregado. Na mesma reportagem citada acima, Horácio Lafer Piva atesta: “...Pode não ser tão fácil concorrer com a indústria chinesa em bens de maior valor agregado. O Brasil precisa fazer um esforço grande em relação à competitividade para exportar mais manufaturados para a China. Precisamos resolver gargalos importantes, como o da logística, e incentivar mecanismos de financiamento, para reduzir custos.”

Segundo Eduardo Tonooka, professor de economia asiática da USP, em artigo escrito para o jornal O Estado de S.Paulo de 23 de maio de 2004 e reproduzido nos parágrafos seguintes, é preocupante o fato de poder estar se formando uma certa relação de complementaridade a longo prazo mais promissora para a China do que para o Brasil, nas relações comerciais entre os dois países.

“...O Brasil tem aproveitado o momento circunstancialmente favorável para ampliar as exportações e o saldo comercial com a China. Contudo, dadas as tendências do comércio bilateral, pode-se levantar duas questões: a primeira, até quando o Brasil poderá sustentar uma posição superavitária no comércio bilateral e, a segunda, quais serão as consequências da consolidação dos investimentos industriais da China sobre as exportações do Brasil no futuro?

A demanda da China por commodities está condicionada ao ritmo de crescimento de sua economia, que, apesar de se manter em um ritmo bom, tende a diminuir, com o provável aumento dos juros básicos, do aumento do compulsório, entre outras medidas restritivas. É verdade que ainda há bastante espaço para a expansão das exportações deste tipo de produto para a China, porém os preços tenderão a se tornar menos favoráveis que os atuais. A elevação dos juros norte americanos e o arrefecimento do crescimento mundial sinalizam uma tendência de queda dos preços das commodities.

Já as exportações brasileiras de produtos manufaturados para a China, que hoje já são pequenas, tenderão a sofrer redução conforme a China consolide seu parque industrial e institua políticas de favorecimento à produção local. Por exemplo, o recente “boom” de exportações de veículos, partes e componentes é resultado imediato da redução de tarifas

de importação, da existência de uma forte demanda reprimida por automóveis e da não consolidação de uma indústria de autopeças na China. Mas, à medida que a indústria chinesa reforçar a sua capacidade de produzir tais bens, as oportunidades de exportação deverão se reduzir.

A evolução da economia chinesa tem seguido uma trajetória já conhecida e observada ao longo do processo de desenvolvimento das economias asiáticas mais avançadas, notadamente a do Japão e da Coreia do Sul. Por isso, é de se esperar que a China deixe de destacar-se especialmente como grande exportadora de produtos com pouco conteúdo tecnológico e baratos devido ao baixo custo da mão-de-obra e passe a ser reconhecida como gigante exportador por contar com uma base industrial e tecnológica moderna e competitiva, resultante dos pesados investimentos que hoje estão sendo realizados no país.

Quando este momento chegar, iremos nos deparar com um grande concorrente nos mercados de produtos manufaturados nos quais temos interesse em consolidar nossa posição internacional, incluindo papel, produtos siderúrgicos, material elétrico, veículos, suas partes e componentes, dentre outros.

Dessa forma, podemos vislumbrar duas tendências negativas para o Brasil a longo prazo e que devem ser previamente encaradas para que seus efeitos sejam reduzidos : uma perda de dinamismo das vendas para a China de produtos básicos e de produtos que atualmente atendem a uma demanda reprimida que a indústria chinesa está em vias de habilitar-se a suprir ; e um aumento nas importações brasileiras de produtos chineses dos setores mais dinâmicos e um acirramento da concorrência entre os manufaturados brasileiros e chineses no mercado internacional, à medida que a base industrial da China se consolide e seja capaz de atender não apenas ao mercado doméstico, mas também aos mercados internacionais.”

CAPÍTULO 5 : COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E CHINA

Vimos no capítulo anterior que as relações comerciais entre Brasil e China estão se intensificando rapidamente. Entretanto, considero interessante, além de mostrar essa relação comercial, fazer uma comparação entre os dois países. Dessa forma, neste capítulo confrontaremos de forma abrangente os mais diversos indicadores das economias chinesa e brasileira. Como exemplo, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu de U\$\$ 390 bilhões em 1992 para U\$\$ 500 bilhões em 2003. Já o PIB da China saltou, no mesmo período, de U\$\$ 280 bilhões para U\$\$ 1,4 trilhões. Apesar de ambos os países serem gigantes em sua dimensão e estarem alinhados hoje na categoria de países emergentes, como poderiam ser explicadas trajetórias tão distintas?

5.1: Trajetórias de Crescimento adotadas pelos 2 países

Muitos economistas acreditam que a estratégia de inserção internacional adotada pelos dois países pode auxiliar na compreensão dessas trajetórias. A China preparou e conduziu sua integração global pela via do comércio e pela atração de investimento direto estrangeiro destinado a setores com maiores taxas de expansão nas transações internacionais. Dessa forma, o gigante asiático foi capaz de aproveitar a onda de expansão das empresas transnacionais, sobretudo das americanas, mas também das japonesas e européias, que deslocaram a produção de peças e componentes para economias com menor custo de mão-de-obra.¹⁴

As estratégias de atração de investimento estrangeiro incluem: a) dois regimes aduaneiros, um mais elevado para as importações destinadas ao mercado interno, outro menor para as importações a serem transformados e destinados a mercado externo; b) parcerias entre empresas estrangeiras e estatais para transferência de tecnologia; c) regras para as empresas transnacionais gerarem os recursos em moeda estrangeira que pretendem remeter às matrizes. Esta política esteve associada também à garantia estatal das taxas de câmbio reais competitivas e estáveis mediante intervenções no mercado cambial e controles rigorosos sobre a conta de capital.¹⁵

¹⁴ Editorial, Jornal Folha de S.Paulo, 23 de maio de 2004.

¹⁵ DAYAL-GULATI, Anuradha; HUSAIN, Aasim. **Centripetal Forces in China's Economic Takeoff**. FMI, Staff Papers, Vol.49, Nº 3.

Como resultado, a participação das exportações no PIB chinês pulou de apenas 6% em 1980 para 23% em 2000. O fluxo médio de investimento estrangeiro direto recebido pela economia chinesa, de U\$\$ 25,5 bilhões entre 1991 e 1996, saltou para U\$\$ 44,7 bilhões entre 1997 e 2002. As reservas internacionais alcançaram U\$\$ 440 bilhões no final de 2003.

A estratégia brasileira foi outra. O país optou pela abertura da conta de capital e integração aos fluxos financeiros internacionais. A entrada de investimento direto foi realizada sobretudo mediante fusões e aquisições, muitas das quais por meio de privatizações, que, apesar dos benefícios trazidos, não geraram aumento tão grande da capacidade produtiva e, ademais, concentraram-se em setores que não trazem divisas, como serviços públicos e financeiros.¹⁶

O economista e professor da FGV-EAESP, Paulo Nogueira Batista Jr., em artigo do jornal Folha de S.Paulo de 20 de maio de 2004, corrobora com a idéia de que a trajetória chinesa de crescimento se explica principalmente pela forma de inserção no mercado internacional: “...Desconfio que uma das razões, possivelmente a principal, do desempenho macroeconômico da China reside na força de sua posição externa, que é objeto de atenção cuidadosa e sistemática por parte do governo. A taxa de câmbio tem sido mantida em níveis competitivos. A conta corrente do balanço de pagamentos é sempre superavitária, ano após ano, apesar das elevadas taxas de crescimento da demanda doméstica.” No mesmo artigo, o economista defende a idéia de que o desempenho chinês é extremamente singular: “....parece claro que a experiência da China não é compatível com as doutrinas e receitas econômicas consideradas consagradas ou respeitáveis em países como o Brasil. A China constitui, por exemplo, o desmentido de que o crescimento acelerado ameaça o controle da inflação. A economia chinesa tem registrado, há muito tempo, taxas excepcionais de expansão.Apesar do ritmo frenético da atividade econômica, a inflação tem sido muito bem comportada.Só muito recentemente é que a inflação voltou a preocupar. ... Em parte por isso, o banco central da China está considerando aumentar a taxa de juros pela primeira vez em nove anos.”

O economista da Universidade de Campinas Luiz Gonzaga Belluzo também segue nesta linha: “ Do ponto de vista do modelo econômico e da industrialização, Brasil e China escolheram modelos opostos. Enquanto resolvemos crescer pela conta de capital, eles quiseram crescer pela conta de comércio. Na prática, enquanto a China mantinha sua

¹⁶ Editorial, Jornal Folha de S.Paulo, 23 de maio de 2004.

moeda desvalorizada, controle sobre o fluxo de capital e juros baixíssimos, o Brasil seguia a receita oposta. Com as condições chinesas, era muito fácil exportar. Eles cresceram com o capital de longo prazo, via investimento direto na produção, e nós atraímos principalmente capital de curto prazo.”¹⁷

Para o professor Simão Davi Silber, da Universidade de São Paulo, além do segredo do desempenho chinês estar no estabelecimento de uma estratégia de inserção na economia mundial e na estabilidade das políticas traçadas, de modo a dar confiança ao investidor internacional, destaca-se também a impressionante capacidade de poupança interna na China, que viabiliza uma taxa de investimento de 40% do PIB, a mais alta do planeta. Mas fora esses dois fatores, que têm muito de cultural, os ingredientes chineses aplicáveis ao Brasil não são nenhuma inovação espetacular. Resumem-se a tratar bem o capital, com redução da burocracia, simplificação tributária e desoneração da folha de pagamentos.¹⁸

Já Ernesto Lozardo, professor de economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo levanta outros pontos: “ A China não fez a reforma de 1978-1979 por estar em crise. Ela já crescia naquele momento. O modelo de crescimento econômico chinês é muito distinto do nosso, o inverso. É um país comunista, no sentido de ser comunal. A comunidade chinesa tem uma importância muito grande na determinação da alocação dos recursos públicos. Por exemplo, é ela que decide o que fazer com recursos públicos nas empresas comunitárias municipais e locais. Elas começam como empresas públicas com no máximo sete pessoas em um único objetivo: exportar. São mais de 22 mil empresas que empregam em torno de 150 milhões de pessoas. A participação delas, hoje, na exportação chinesa é de 42%. Outra coisa é o pragmatismo chinês. Não só do povo, mas também do governo. Se há algo que impeça o crescimento, eles mudam: lei, Constituição, o que for. Se algo trava o comércio, eles mudam as regras do comércio. Tudo pela prosperidade.”¹⁹

Nos parágrafos anteriores vimos algumas das estratégias adotadas pela China para atingir esse crescimento estrondoso e tão superior ao brasileiro nos últimos anos. Porém, o crescimento do PIB não retrata por si só a realidade de vida da população. Dessa forma, na seção seguinte, faremos uma comparação, através dos mais diversos indicadores, não só da economia como da vida da população desse dois países.

¹⁷ Jornal Valor Econômico, 10 de maio de 2004.

¹⁸ Revista Veja, 19 de maio de 2004.

¹⁹ Jornal O Globo, 23 de maio de 2004.

5.2: Comparação através de Indicadores

Começando pela população residente em cada país, a China tem 1,286 bilhão de habitantes enquanto o Brasil tem apenas 179 milhões. A população chinesa, extremamente grande, equivale a 20,4% de toda a população mundial. O território chinês é um pouco maior que o brasileiro, com o primeiro ocupando 9,6 milhões de quilômetros quadrados e o segundo 8,5 milhões.

Quanto ao tamanho das economias, conforme vimos nos capítulos anteriores, o PIB chinês cresceu espetacularmente nos últimos anos, apresentando uma variação anual média entre 1992 e 2002 de 8,6%, e atingindo em 2003, U\$\$ 1,41 trilhão. Já o PIB brasileiro apresentou uma variação anual média entre 1992 e 2002 de apenas 1,2%, atingindo em 2003, U\$\$ 497 bilhões. Com isso, atualmente o PIB chinês é o 7º do mundo e o brasileiro o 15º. Se utilizarmos o critério de paridade do poder de compra, o PIB da China, com U\$\$ 6,35 trilhões é o 2º do ranking enquanto o do Brasil, com U\$\$ 1,39 trilhão, sobe para 9º.

Apesar de o PIB chinês ser bem maior que o do Brasil, avaliando o PIB per capita anual das duas economias, não temos esta realidade. O PIB per capita em 2003 no Brasil foi de U\$\$ 2.770 e na China de U\$\$ 1.090. Em paridade do poder de compra, em dólares, veremos que o PIB per capita do Brasil é 63,6% maior que o da China. O do Brasil é U\$\$ 8.015,00 e o da China é U\$\$ 4.900,00. O salário médio mensal no Brasil também é maior que na China. Aqui é de cerca de U\$\$ 173 e na China U\$\$ 134. Na tabela 5.1 abaixo há um resumo desses números, assim como o perfil de cada economia, ou seja, as participações da agricultura, da indústria e dos serviços no PIB total.

Tabela 5.1: Brasil X China na economia

(dados de 2003) (em U\$\$)

	Brasil	China
Produto Interno Bruto	497 bilhões	1,41 trilhão
PIB per capita nominal	2.770	1.090
PIB per capita em PPC	8.015	4.900
Agricultura (% do PIB)	14,6	6,1
Indústria (% do PIB)	51,7	21
Serviços (% do PIB)	33,7	72,9
Form.Bruta de Capital(% do PIB em 2002)	20,3	40,4
Salário médio mensal	173	134

Fontes: FMI, Banco Mundial, IBGE

No que tange às relações de cada país com o mercado internacional os números da China são bem mais expressivos. Quanto aos investimentos diretos estrangeiros, os números de 2003 comprovam que a China vem sendo o grande destino do capital internacional. Nesse ano, a China recebeu U\$\$ 53,5 bilhões enquanto que o Brasil recebeu apenas U\$\$ 10,1 bilhões, um quinto do total investido na China. Além disso, as reservas internacionais chinesas estavam, em abril de 2004, em cerca de U\$\$ 440 bilhões enquanto as reservas brasileiras, excluindo os recursos do FMI, em apenas U\$\$ 51 bilhões (tabela 5.2). O Diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Langoni demonstra preocupação com estes números: “ China, Índia e Chile são países com um grande colchão de reserva, que forma uma espécie de blindagem contra crises externas. Além disso, têm um excelente desempenho macroeconômico. Por isso, na hora da aversão ao risco, tendem a roubar investidores do Brasil.”²⁰

Analisando qual economia é mais aberta, ou seja, em qual economia o comércio exterior tem maior participação no PIB vemos que apesar da soma das exportações e importações do Brasil como porcentagem do PIB mostrar que o grau de abertura da economia brasileira aumenta ano a ano, o Brasil ainda tem uma economia mais fechada que a da China. No Brasil, o comércio exterior é responsável por 24,4% do PIB enquanto na China essa participação sobe para 63,1%. Certamente essa posição de abertura ainda não tão grande da economia limita o nosso potencial de crescimento e por isso, deve ser cada vez mais enfocado o processo de abertura da economia brasileira. Estudos do FMI²¹ mostram através de previsões de crescimento para 2004 que as economias mais abertas terão um melhor desempenho esse ano. Certamente a abertura comercial não é fator único para explicar o crescimento econômico mas é fator importantíssimo. Por exemplo, a previsão de crescimento em 2004 do PIB da Argentina, que apresentou em 2003 38,4% de participação do comércio exterior no PIB, é de 5,5%. O Brasil que, conforme dito anteriormente, teve 24,4% de participação do comércio exterior no PIB, deve crescer 3,5%. Com relação à China, espera-se que a variação do PIB seja de 8,5%.

²⁰ Jornal O Globo, 20 de abril de 2004.

²¹ Divulgado na Revista Veja de 16 de junho de 2004

Tabela 5.2: Brasil X China no mercado internacional
(dados de 2003 em bilhões de U\$\$)

	Brasil	China
Investimento Direto Estrangeiro	10,1	53,5
Reservas Internacionais (abril de 2004)	51	440
Exportações	73,1	438,4
Importações	48,3	412,9
Saldo Comercial	25,5	24,8
Comércio exterior (% do PIB)	24,3	63,1
Fatia do Comércio Mundial (%)	0,9	5,0

Fontes: FMI, Banco Mundial, IBGE

Muitas vezes grandes números absolutos do PIB de um país não representam necessariamente que a população está sendo bem atendida nas suas necessidades. No caso do Brasil e da China, o país asiático apresenta um PIB bem maior que o do Brasil porém com relação ao atendimento à população esses números não seguem a mesma tendência. Por exemplo, na área de educação, o Brasil apresenta proporcionalmente uma taxa de alfabetização maior entre os adultos do que a China. Aqui, 87,3% da população com 15 anos ou mais é alfabetizada enquanto na China essa proporção é um pouco menor, com 85,8%. Pelo IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, que mede a qualidade de vida nos países baseado nas taxas de analfabetismo, de matrícula escolar, renda per capita e expectativa de vida ao nascer, o Brasil fornece melhores condições para sua população do que a China. O IDH brasileiro é de 0,777 (quanto mais perto de 1, melhor), o 65º do ranking mundial e o IDH da China é de 0,721, o 104º do ranking. A tabela 5.3 abaixo traz um resumo de alguns indicadores relacionados ao desenvolvimento humano de cada país.

Tabela 5.3: Brasil X China (desenvolvimento humano)
(dados de 2002)

	Brasil	China
Área territorial (Km²)	8,5milhões	9,6milhões
População Total	179milhões	1,286bilhão
Cresc.Pop.(% anual)	1,2	0,7
Expectativa de vida (anos)	68,6	70,7
Taxa de fertilidade (nascimentos por mulher)	2,1	1,9
Taxa de Mortalidade Infantil (em 1000 bebês)	33	30

Taxa de Alfabetização (% acima de 15 anos)	87,3%	85,8%
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,777	0,721

Fonte: World Development Indicators database
(site oficial do Banco Mundial - www.worldbank.org)

Nos acessos aos bens de consumo o Brasil também, apresenta, em termos gerais, uma melhor posição do que a China (tabela 5.4 abaixo).

Tabela 5.4: Brasil X China (acesso a bens de consumo)
(dados de 2002) (a cada 1000 habitantes)

	Brasil	China
Carro	95	5
Telefones fixos e celulares	424	328
Televisor	362	355
Computadores Pessoais	75	28
Usuários da Internet(% da população)	8,0%	4,6%

Fontes: World Development Indicators database
(site oficial do Banco Mundial - www.worldbank.org)

Analisando os números da tabela 5.4 fica evidente que a população brasileira dispõe de um acesso a bens de consumo muito maior que a população chinesa. Uma diferença gritante é vista com relação à compra de automóveis, havendo no Brasil um consumo muito maior. Especificamente neste item, percebe-se uma demanda reprimida na China e à medida que o PIB chinês cresce e com ele a renda da população, pode-se esperar uma maior compra de carros por parte dos chineses em um futuro próximo. Dessa forma, o Brasil deve aproveitar tal mercado e aumentar as exportações principalmente de peças de automóveis para a China, aumento este já ocorrido no ano de 2003. Portanto, há muitos mercados promissores na China, como, por exemplo, além dos automóveis, aviões, celulose, dentre outros que devem ser explorados pelas empresas brasileiras de modo a intensificar nossas relações comerciais com a China e promover o aumento cada vez maior de nossas exportações e de nosso saldo comercial.

CAPÍTULO 6: CONCLUSÃO

Neste trabalho vimos primeiramente, após fazer uma breve apresentação do país, o que a China fez, ao longo dos últimos anos, principalmente a partir de 1979, para atingir o atual patamar de desenvolvimento de sua economia e ser hoje, em termos nominais, a 7ª maior economia do mundo. Vimos também que as estratégias de crescimento adotadas pelo Brasil e pela China foram diferentes, principalmente no que se refere à inserção das economias no mercado internacional, e isso ajuda a explicar o porquê dos atuais diferentes níveis de desenvolvimento dessas duas economias.

Também vimos que, atualmente, Brasil e China encontram-se um estágio de desenvolvimento que possibilita alto grau de complementaridade e integração. Prova disso é a intensificação das trocas comerciais entre os dois países descritas ao longo deste trabalho. O interesse chinês pelo Brasil é cada vez maior, baseado em uma visão estratégica e de longo prazo. Com o problema demográfico lá existente e os recursos naturais serem limitados a China observa o Brasil, por termos uma agricultura extremamente competitiva e dispormos de muitos recursos naturais, como minerais e madeira, de que eles precisam, como uma fonte segura de abastecimento. Além disso, não temos uma agenda de geopolítica conflituosa com a China. Assim, se a China quadruplicar em 20 anos, vai ser um “gigante” consumidor ainda maior de uma gama imensa de recursos naturais, muitos dos quais disponíveis em solo brasileiro. O que acontece é que o Brasil tem problemas de infra-estrutura muito grandes, que podem prejudicar o fornecimento para a China. Por isso, o interesse chinês em investir também em infra-estrutura no Brasil, onde terão um ganho duplo: na participação de investimentos aqui, e ao assegurar a estabilidade do fluxo de matérias-prima para lá.

De acordo com o objetivo inicial, é de extrema validade e importância que, ao término deste trabalho, sugerir-se que o Brasil pode extrair muitas lições da trajetória econômica chinesa. Dentre várias medidas podemos destacar, resumidamente, uma espécie de “receita” de crescimento chinês onde o principal ingrediente chamaria-se estabilidade, no sentido de que, nos últimos 25 anos, a China persiste no rumo da inserção na economia global, mantendo políticas coerentes com a necessidade de estimular o investimento e atrair capital estrangeiro.

Entre 1978 e 1980, a agricultura familiar foi estimulada por meio de cooperativas. Investiu-se também em pequenas indústrias rurais. As mais de 170000 empresas estatais

foram enxugadas e tiveram sua participação no PIB reduzida de 80% para 30% hoje. A partir de 1980, a entrada de capital estrangeiro passou a ser permitida e estimulada, no início apenas em associação com empresas chinesas. Hoje não há tarifas para 75% das importações. O país priorizou os setores intensivos em mão-de-obra, como construção civil e indústria têxtil, incorporando milhões de pessoas ao mercado de trabalho, fazendo com que a renda per capita crescesse 8,5% ao ano na última década. Nas províncias costeiras essa renda per capita foi multiplicada por 10, dando origem a uma poderosa classe média. Na China, a carga tributária é reduzida. No total são 14 impostos aplicáveis às empresas estrangeiras. No Brasil, são 80. Lá, diferentemente daqui, a legislação trabalhista é simplificada, com uma cada vez maior facilidade na contratação e dispensa de mão-de-obra. O direito irrestrito à propriedade foi incluído na Constituição em 2003. A entrada da China na OMC também foi de extrema importância, sinalizando a aceitação das regras das relações internacionais.²²

Um outro ponto importante de possibilidade de uma economia aprender com a outra é destacado pelo economista e diretor do Banco Mundial, Vinod Thomas.²² A China deve estimular o superávit primário assim como o Brasil vem conseguindo fazer com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a participação dos estados e municípios na meta. Lá, os governantes locais ainda gastam mais do que arrecadam. Já a principal lição para o Brasil seria o crescimento econômico, com a realização das reformas necessárias e apoio a pesquisas, inovações, exportações e infra-estrutura de uma forma geral, que apoiem todas as empresas, pequenas, médias e grandes, sem haver privilégio e foco em política industrial específica para um determinado setor. Esse aprendizado seria importantíssimo para o governo Lula que vem implantando políticas setoriais, o que não deveria fazê-lo.

Apesar de ter tido sucesso, é necessário olhar com cautela para o modelo chinês. Há uma profunda desigualdade entre as regiões do país. O interior concentra 88% dos pobres, que foram excluídos do crescimento, numa realidade que gera custos sociais altíssimos e pressões de consequências imprevisíveis. Outro fator preocupante é a precariedade do sistema financeiro. Uma boa parte do crescimento chinês foi feita com financiamento de empresas pública por bancos idem. Esses empréstimos classificados como de grande risco equivalem hoje a 20% da carteira de crédito dos quatro maiores bancos chineses. Um rombo potencial de 230 bilhões de dólares. De imediato o que preocupa é o excessivo aquecimento da economia, que começa a pressionar a inflação e pode provocar a alta dos

²² Fontes: Banco Mundial e FMI

juros. Um freio na economia chinesa é uma péssima perspectiva, pelo peso que o país tem na economia global.

Ponto comum ao Brasil e à China, com maior destaque para o país asiático é o fato de enquanto se integram com sucesso na economia global, encaram agora o desafio de reduzir as desigualdades internas, se integrar domesticamente e promover um crescimento com igualdade. Os ganhos futuros com crescimento econômico não só não serão distribuídos de forma igual como também poderão ainda aumentar as já imensas desigualdades existentes nos dois países, a não ser que sejam adotadas políticas que neutralizem essas tendências. Tal desafio é ainda maior para os dois países se considerarmos o tamanho de seus territórios e de suas populações. Para atingir tal objetivo, tanto a China como também o Brasil, “baleias da economia mundial” devem focar em políticas que incluam estabilidade econômica, um fornecimento adequado de serviços públicos, desenvolvimento do capital humano, dar condições para uma perfeita integração e flexibilização dos mercados domésticos, investimentos em infra-estrutura para facilitar a transferência de tecnologia e que as regiões geograficamente desfavorecidas se integrem com as mais desenvolvidas. Fica claro, que, para que essa estratégia tenha sucesso, em ambos os países, o governo deve dar as condições para que a iniciativa privada e as forças de mercado atuem.

CAPÍTULO 7: BIBLIOGRAFIA

BRIXI, Hana Polackova. **China: Promoting Growth with Equity**. Banco Mundial, report n° 24169

BROOKS, Ray; TAO, Ran. **China`s Labor Market Performance and Challenges**. FMI, Country Report n° 03/210.

CHANG, Zhulin. **The Interaction of the State and the Market in a Developing Transition Economy: The Experience of China**. Banco Mundial.

RUMBAUGH, Thomas; BLANCHER, Nicolas. **China: International Trade and WTO Accession**. FMI, Country Report n° 04/36.

YANG, Yongzheng. **China`s Intregation into the World Economy: Implications for Developing Countries**. FMI, Country Report n° 03/245.

AHMAD, Ehtisham; KEPING, Li; RICHARDSON, Thomas; SINGH, Raju. **Recentralization in China?** FMI, Country Report n° 02/168.

DAYAL-GULATI, Anuradha; HUSAIN, Aasim. **Centripetal Forces in China`s Economic Takeoff**. FMI, Staff Papers, Vol.49, N° 3.

Jornais de grande circulação: “O Globo”, “O Estado de São Paulo”, “Folha de São Paulo” e “Valor Econômico”.

INTERNET: Páginas consultadas

Site do Consulado da China no Rio de Janeiro : www.consulado-china.rj.org.br

Site do Ministério das Relações Exteriores da China: www.mfa.gov.cn

Site do IBGE: www.ibge.gov.br

